



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE

CÂMARA MUNICIPAL

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

CADERNO DE ENCARGOS

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Cláusula 1.^a

Objeto

1 – O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a «REVISÃO DOS PROJETOS DE REQUALIFICAÇÃO DE 19 BAIRROS DE HABITAÇÃO SOCIAL», de acordo com as especificações constantes do presente Caderno de Encargos, considerando os seguintes lotes:

<i>Lote</i>	<i>Designação</i>	<i>Orçamento estimativo da empreitada</i>
1	Pescadores, fase C	420.000,00€
2	Dálias	2 240.000,00€
3	Árvore	1 820.000,00€
4	Modivas	630.000,00€
5	Mosteirão	770.000,00€
6	Malta e Ferreiro	595.000,00€
7	Arcos	595.000,00€
8	Bagunte	245.000,00€
9	Cidade Nova, Largo da Paz	3 745.000,00€
10	Cidade Nova, Praceta da Paz	2 940.000,00€
11	Canidelo	210.000,00€
12	Farol, multifamiliares	2 940.000,00€
13	Guilhabreu	630.000,00€
14	Parada	210.000,00€
15	Pescadores (22A, 22B e 22C)	630.000,00€
16	Rio Mau	630.000,00€
17	Touguinhó	525.000,00€
18	Vila Chã, rua da Fonte	1 540.000,00€
19	Vilar	665.000,00€

Nota: valores aos quais será acrescido o Iva à taxa legal em vigor

2 – Os projetos, objeto de revisão, contemplam a requalificação da envolvente dos edifícios, permitindo a obtenção do salto energético das frações habitacionais, prevendo ainda trabalhos no interior dos fogos de habitação, bem como nos espaços envolventes.



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE

CÂMARA MUNICIPAL

3 – A revisão abrange os projetos de: Arquitetura, Águas Pluviais, Ventilação, Acústica e Térmica, bem como, respetivos mapas de medições e quantidades, Plano de Estaleiro, Plano de Segurança e Saúde e Plano de Prevenção de Resíduos de Construção e Demolição.

Cláusula 2.^a

Contrato

1 – O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.

2 – O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
- c) O presente Caderno de Encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no nº 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.^a

Prazo

O contrato mantém-se em vigor até à conclusão dos serviços em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do Contrato.

CAPÍTULO II

OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

Secção I

Obrigações do prestador de serviços



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE

CÂMARA MUNICIPAL

Subsecção I

Disposições Gerais

Cláusula 4.^a

Obrigações principais do prestador de serviços

1 – Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável ou no Caderno de Encargos, da celebração do contrato decorre para o prestador de serviços a obrigação principal de proceder à revisão dos projetos de requalificação de 19 Bairros de habitação social, considerando, designadamente:

i. Verificação na Generalidade, confirmando a existência ou não, de todos os elementos que devem fazer parte dos Projetos, levando a cabo uma verificação genérica que possibilite a deteção de erros e omissões mais grosseiros que possam existir nos vários Projetos de especialidades, bem como, garantir o cumprimento do programa inicialmente definido pelo Dono da Obra;

ii. Verificação das Peças Desenhadas quanto à suficiência e adequação ao Caderno de Encargos do Projeto, confrontando-se peças desenhadas e escritas de modo a assegurar que existe compatibilidade e coerência entre ambas;

iii. Verificação das Medições, confirmando se foram feitas com precisão e se a metodologia utilizada para a execução destes trabalhos se enquadra com o tipo de obra em causa e com as boas práticas existentes;

iv. Verificação do Caderno de Encargos, analisando o seu conteúdo e a sua coerência com o tipo de obra em causa.

v. Verificação do Plano de Estaleiro, do PPGRCD e do PSS.

2 - A verificação da qualidade do Projeto de Execução pressupõe que a equipa revisora faça o acompanhamento do desenvolvimento do Projeto de Execução com a equipa projetista, a fim de avaliar a adequação das soluções técnicas, tendo em conta todas as condicionantes existentes. Este nível de revisão compreende os seguintes aspetos:

a) Verificação das Peças Desenhadas, avaliando a suficiência do nível de pormenorização existente.

Confirmar que os materiais que serão utilizados na execução do empreendimento estão devidamente assinalados e definidos nas devidas peças. Avaliar a exequibilidade do Projeto, atendendo a todas as condicionantes, e ainda, tendo em atenção o faseamento construtivo proposto. Procurar e detetar erros que possam existir nas peças existentes. Avaliar a compatibilidade entre as soluções propostas nos vários projetos de especialidade;



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE

CÂMARA MUNICIPAL

b) Verificação das Peças Escritas, focando-se em especial na análise da Memória Descritiva do Projeto.

Procurar detetar erros que possam existir nas peças existentes. Avaliação da conformidade das Peças Escritas com a regulamentação em vigor. Alertar para a necessidade de se corrigirem e de se complementarem alguns cálculos respeitantes às peças consideradas mais importantes do projeto.

Analisar a compatibilidade entre as várias soluções definidas em cada um dos Projetos de Especialidades.

c) Verificação das Medições, incidindo sobre a adequabilidade e suficiência do articulado. A análise crítica das medições deve prever que se confirmem as eventuais omissões, bem como prever uma análise a todos os artigos que se afigurem como mais significativos dentro dos parâmetros habitualmente utilizados. Indicar os artigos não previstos, mas previsíveis de ocorrer, com vista a contemplar situações imprevisíveis. Verificação da compatibilidade das várias soluções adotadas nos diversos Projetos de especialidades, bem como os critérios usados na medição dos trabalhos, a fim de se aferir da compatibilidade das medições e seus critérios com todos os trabalhos e procedimentos construtivos previstos;

d) Verificação do Orçamento confirmando a numeração e o rigor dos diversos artigos do orçamento e sua compatibilidade com os mesmos artigos das medições;

e) Verificação do Caderno de Encargos analisando a coerência deste com o tipo de obra e a conformidade do conteúdo da legislação, normas e todas as especificações em vigor. Análise das cláusulas técnicas especiais, avaliando-se a sua existência, suficiência e a coerência com o mapa de quantidades de trabalhos existente. Verificação da compatibilidade das várias soluções adotadas nos diversos Projetos de especialidades. Análise da adequação das cláusulas técnicas à obra em causa, atendendo aos matérias e processos construtivos adotados.

3 - A equipa afeta à prestação de serviços, identificada na proposta adjudicada, não poderá ser alterada sem consentimento prévio do Município de Vila do Conde.

4 - A título acessório, o prestador de serviços fica obrigado a recorrer a todos os meios, designadamente humanos, materiais e informáticos, que sejam necessários e adequados à prestação do serviço.

Cláusula 5.^a

Prazo da prestação do serviço

1 - Os serviços de revisão deverão estar concluídos, para cada uma das revisões, nos seguintes termos:

- a) 30 dias relatório preliminar – após receção do projeto de execução;
- b) 10 dias relatório final – após receção do projeto revisto.

2 - Não obstante o referido no número anterior, o contrato apenas adquirirá eficácia jurídica, podendo iniciar-se a sua vigência, após a respetiva remessa ao Tribunal de Contas, para efeitos de fiscalização concomitante, em conformidade com o disposto no nº 4 do artigo 17º da Lei nº 30/2021 de 21 de maio, alterada pelo Decreto-Lei nº 78/2022, de 07/11.



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE

CÂMARA MUNICIPAL

Cláusula 6.^a

Conformidade e garantia técnica

O prestador de serviços fica sujeito, com as devidas adaptações e no que se refere aos elementos entregues ao Município de Vila do Conde em execução do contrato, às exigências legais, obrigações do fornecedor e prazos respectivos aplicáveis aos contratos de aquisição de bens móveis, nos termos do Código de Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

Subsecção II

Dever de sigilo

Cláusula 7.^a

Objeto do dever de sigilo

- 1 – O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Câmara Municipal de Vila do Conde, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
- 2 – A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
- 3 – Exclui-se do dever de sigilo previsto, a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 8.^a

Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (cinco) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Secção II

Obrigações do Município de Vila do Conde



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE

CÂMARA MUNICIPAL

Cláusula 9.ª

Preço base e preço contratual

1 - O preço contratual máximo a pagar pelo Município de Vila do Conde, pela prestação de serviços objeto do presente caderno de encargos, para efeitos do disposto no artigo 47.º do CCP, é de **211.662,50 €** (duzentos e onze mil, seiscentos e sessenta e dois euros e cinquenta cêntimos), acrescido de IVA, à taxa legal em vigor, considerando os seguintes valores, por lote:

Lote	Designação	Preço base
1	Pescadores, fase C	7.350,00€
2	Dálias	17.920,00€
3	Árvore	14.560,00€
4	Modivas	7.875,00€
5	Mosteiró	9.625,00€
6	Malta e Ferreiró	7.437,50€
7	Arcos	7.437,50€
8	Bagunte	4.287,50€
9	Cidade Nova, Largo da Paz	29.960,00€
10	Cidade Nova, Praceta da Paz	23.520,00€
11	Canidelo	3.675,00€
12	Farol, multifamiliares	23.520,00€
13	Guilhabreu	7.875,00€
14	Parada	3.675,00€
15	Pescadores (22A, 22B e 22C)	7.875,00€
16	Rio Mau	7.875,00€
17	Touguinhó	6.562,50€
18	Vila Chã, rua da Fonte	12.320,00€
19	Vilar	8.312,50€

2 – Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Vila do Conde deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

3 – O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Município de Vila do Conde, nomeadamente, despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, bem como quaisquer encargos decorrentes das certificações dos projetos legalmente exigíveis.



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE

CÂMARA MUNICIPAL

Cláusula 10.^a

Condições de pagamento

1 – A quantia devida pelo Município de Vila do Conde, nos termos da cláusula anterior, deve ser paga no prazo de 30 dias após a receção pelo Município de Vila do Conde da respetiva fatura, a qual só pode ser emitida após o vencimento da obrigação respetiva, nos seguintes termos, para cada uma das revisões:

- 50% - com a entrega do relatório preliminar;
- 50% - com a entrega do relatório final.

2 – Em caso de discordância por parte do Município de Vila do Conde, quanto ao valor indicado na fatura, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

3 – Desde que devidamente emitida, a fatura será paga através de transferência bancária.

CAPÍTULO III

PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

Cláusula 11.^a

Penalidades contratuais

1 – Pelo incumprimento das datas e prazos de execução do contrato, o Município de Vila do Conde pode exigir do adjudicatário o pagamento, a título de pena pecuniária, uma multa até 1% do valor do contrato, por cada dia de atraso.

2 – Poderá ainda o Município aplicar sanções pecuniárias pelo incumprimento de outras especificações definidas para a execução do contrato, não podendo o valor acumulado das mesmas exceder 5% do preço contratual e quando este limite seja atingido e a Câmara Municipal de Vila do Conde decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 10%, de acordo com o definido no artigo 329º do Código dos Contratos Públicos.

3 – Na determinação da gravidade do incumprimento, a Câmara Municipal de Vila do Conde terá em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.

4 – A Câmara Municipal de Vila do Conde pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

5 – As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a Câmara Municipal de Vila do Conde exija uma indemnização pelos danos decorrentes do incumprimento do adjudicatário.



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE

CÂMARA MUNICIPAL

Cláusula 12.^a

Resolução por parte do Município de Vila do Conde

- 1 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Município de Vila do Conde pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente pelo atraso na conclusão dos serviços.
- 2 – O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços.

Cláusula 13.^a

Força maior

- 1 – Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
- 2 – A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada e justificada à outra parte, bem como o prazo previsível para restabelecimento da situação.
- 3 – A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

CAPÍTULO IV

RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

Cláusula 14.^a

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, com expressa renúncia a qualquer outro.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 15.^a

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE

CÂMARA MUNICIPAL

Cláusula 16ª

Comunicações e notificações

- 1 – Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
- 2 – Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 17.ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 18.ª

Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

Vila do Conde, 11/06/2024

O Presidente da Câmara Municipal

Vítor Costa, Prof. Doutor